

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Abril/2022

**PGE - Amazonas**

1º Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal Permanente Técnico em Gestão Procuratorial Especialidade Controle Interno

Nome do Candidato

Caderno de Prova '07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Primavera simboliza ciclo de prosperidade e beleza natural.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os(as) candidatos(as), nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

1. *Fernando Pessoa é não apenas um dos maiores poetas modernos, mas um dos maiores poetas da modernidade, ou seja, um dos poetas que mais longe levaram a experiência tanto das possibilidades quanto do desencanto do mundo moderno. Não que ele esteja próximo das veleidades contemporâneas. A modernidade a que me refiro não se confunde com a mera contemporaneidade. Deixemos de lado nosso provincianismo temporal. A modernidade consiste em primeiro lugar na época da desprovincianização do mundo: aquela que, do ponto de vista temporal, abre-se com o humanismo que, voltando os olhos para o mundo clássico, relativiza o mundo contemporâneo; e que, do ponto de vista espacial, abre-se com as descobertas geográficas, celebradas pelo próprio Pessoa, quando diz, por exemplo, no altíssimo poema “O infante”, inspirado em d. Henrique, o Navegador:*

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,*

*E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até o fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.*

*Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpru-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!*

2. *O processo de cosmopolitização que produziu o mundo moderno não se restringiu às descobertas dos humanistas e dos navegadores, pois também incluiu explorações científicas, artísticas etc. Ora, a abertura de novos horizontes tornou possível a compreensão do caráter limitado dos antigos horizontes. As ideias e as crenças tradicionais puderam ser postas em questão.*

3. *A filosofia moderna se formou a partir do ceticismo mais radical que se pode imaginar: a dúvida hiperbólica de Descartes, segundo a qual é possível que tudo o que pensamos saber não tenha consistência maior que a de sonhos, alucinações, ataques de loucura etc. Com razão, Alexandre Koyré afirmou que essa dúvida foi “a mais tremenda máquina de guerra contra a autoridade e a tradição que o homem jamais possuiu”.*

4. *Pode-se dizer então que o homem moderno é aquele que viu desabarem, ao sopro da razão, os castelos de cartas das crenças tradicionais: o homem que caiu em si. Em última análise, é isso que o obriga a instaurar, por exemplo, os procedimentos jurídicos modernos como processos abertos à razão crítica, públicos, e cujos resultados estão sempre, em princípio, sujeitos a ser revistos ou refutados.*

(Adaptado de: CÍCERO, Antonio. **A poesia e a crítica: Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, edição digital)

1. Depreende-se do texto:

- (A) O expressivo progresso técnico atingido na modernidade foi incapaz de prover aos homens novas perspectivas relacionadas à mobilidade social.
- (B) O fato de Portugal ter se destacado como potência ultramarina contribuiu para o pessimismo característico da produção literária de Fernando Pessoa.
- (C) A capacidade de se iludir com as supostas vantagens do progresso técnico é determinante para a falência dos valores morais da contemporaneidade.
- (D) O início da modernidade foi marcado pela impossibilidade de se demonstrar a veracidade ou a falsidade das principais crenças advindas do mundo clássico.
- (E) A modernidade constitui um período histórico relacionado a uma nova visão de mundo, influenciada, por exemplo, pelas grandes navegações.



2. *A filosofia moderna se formou a partir do ceticismo mais radical que se pode imaginar (3º parágrafo).*

Na frase acima, como recurso expressivo, o autor faz uso de

- (A) ambiguidade.
- (B) personificação.
- (C) antítese.
- (D) hipérbole.
- (E) eufemismo.

3. No poema de Fernando Pessoa transcrito no texto, as vírgulas separam orações assindéticas independentes, ou seja, aquelas entre as quais não há conectivo, no seguinte verso:

- (A) *Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.*
- (B) *Senhor, falta cumprir-se Portugal!*
- (C) *Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.*
- (D) *Surgir, redonda, do azul profundo.*
- (E) *E viu-se a terra inteira, de repente,*

4. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- (A) *A modernidade a que me refiro não se confunde com a mera contemporaneidade (1º parágrafo).*
- (B) *um dos poetas que mais longe levaram a experiência tanto das possibilidades quanto do desencanto do mundo moderno (1º parágrafo).*
- (C) *é possível que tudo o que pensamos saber não tenha consistência maior que a de sonhos (3º parágrafo).*
- (D) *a abertura de novos horizontes tornou possível a compreensão do caráter limitado dos antigos horizontes (2º parágrafo).*
- (E) *cujos resultados estão sempre, em princípio, sujeitos a ser revistos ou refutados (4º parágrafo).*

5. Considerando o poema, exercem a mesma função sintática os termos sublinhados nos seguintes versos:

- (A) *Deus quer, o homem sonha, a obra nasce. // Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,*
- (B) *E viu-se a terra inteira, de repente // Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.*
- (C) *Sagrou-te, e foste desvendando a espuma, // Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.*
- (D) *Do mar e nós em ti nos deu sinal. // E viu-se a terra inteira, de repente,*
- (E) *E a orla branca foi de ilha em continente, // Surgir, redonda, do azul profundo.*

6. O termo empregado em sentido figurado está sublinhado em:

- (A) *o homem moderno é aquele que viu desabarem, ao sopro da razão, os castelos de cartas das crenças tradicionais. (4º parágrafo)*
- (B) *O processo de cosmopolitização que produziu o mundo moderno não se restringiu às descobertas dos humanistas e dos navegadores. (2º parágrafo)*
- (C) *Não que ele esteja próximo das veleidades contemporâneas. (1º parágrafo)*
- (D) *é possível que tudo o que pensamos saber não tenha consistência maior que a de sonhos (3º parágrafo).*
- (E) *essa dúvida foi “a mais tremenda máquina de guerra contra a autoridade e a tradição que o homem jamais possuiu”. (3º parágrafo)*



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 10.

1. *Todos os jovens vivem a angústia da escolha de uma profissão. É provável que muitos já tenham intuído um campo profissional. São estudantes que desde o Fundamental gostam de disciplinas de ciências humanas, biológicas, exatas; ou artes e literatura. Não são áreas de conhecimento isoladas; de algum modo, comunicam-se entre si. Além disso, a imaginação é uma capacidade inerente a qualquer pessoa, com ou sem formação profissional.*
2. *Não são poucos os cientistas, médicos e engenheiros que se tornaram ficcionistas, poetas, ensaístas. Cito apenas dois exemplos: o engenheiro e poeta Joaquim Cardozo e o médico e escritor Pedro Nava. Ambos exerceram sua profissão ao longo da vida, mas o engenheiro e o médico encontraram na poesia e na prosa línguas para expressar um modo particular de ver o mundo.*
3. *No Brasil, quando um estudante universitário deseja mudar de curso ou de área de conhecimento, é necessário prestar mais um vestibular. Isso pode ocorrer logo no primeiro ou no segundo ano da faculdade ou mesmo depois, em pleno exercício da profissão.*
4. *Mas a pior coisa para um jovem indeciso é a pressão dos pais para que siga essa ou aquela profissão. Lembro que, ao terminar uma palestra numa escola particular, uma estudante quis conversar sobre a escolha do curso universitário. O pai a pressionava a estudar medicina, e ela queria ser atriz. Então mencionei o caso de uma conhecida, que se formou em medicina, concluiu um doutorado em cardiologia, e poucos anos depois percebeu que sua paixão era a arte da cerâmica. Hoje ela é uma exímia ceramista.*
5. *Diante de filhos indecisos quanto à escolha profissional, os pais não devem pensar apenas na vantagem financeira ou no suposto prestígio de uma profissão. Quando um jovem reflete sobre o significado da vida, o que está em jogo é a própria variedade da vida, com suas ambiguidades e dúvidas.*
6. *No romance **Pais e Filhos**, de Ivan Turguêniev, dois amigos – Arkádi e Bazárov – conversam sobre a infância, a passagem do tempo, a natureza, o amor, a família, os princípios morais... Em certo momento, Arkádi diz ao amigo:*
7. *“É preciso construir nossa vida de modo que cada momento seja significativo”.*
8. *“Perfeito!”, diz Bazárov. “Mas também é possível resignar-se ao que não tem significado... porém as brigas por mesquinhas... isto sim é uma desgraça.”*
9. *A orientação dos pais é importante, mas cabe ao jovem descobrir o que lhe será mais significativo na vida.*

(Adaptado de: HATOUM, Milton. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br>)

7. No texto, o autor
 - (A) assinala que o caráter edificante de uma profissão moralmente virtuosa supera sua suposta falta de prestígio na sociedade.
 - (B) constata que a expressão artística se coaduna melhor com o exercício de determinadas profissões.
 - (C) defende a ideia de que a pressão que sofre no momento de escolher uma profissão leva o jovem a fazer escolhas equivocadas.
 - (D) busca dissuadir os pais de interferirem na escolha profissional dos filhos.
 - (E) defende que a realização pessoal independe da carreira profissional escolhida.

8. *O pai a pressionava a estudar medicina, e ela queria ser atriz (4º parágrafo).*

Considerado no contexto, o termo sublinhado indica

- (A) finalidade.
 - (B) concessão.
 - (C) adição.
 - (D) consequência.
 - (E) oposição.
9. *É preciso construir nossa vida de modo que cada momento seja significativo (7º parágrafo).*

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) foi construída.
- (B) construa-se.
- (C) seria construída.
- (D) seja construída.
- (E) construir-se-ia.



10. Está correta a **redação** deste livre comentário:
- (A) Não são raros os médicos, que assim como Pedro Nava, dedicaram-se à literatura ao mesmo tempo em que exercera sua profissão.
 - (B) Há pessoas que buscam expressar um modo particular de ver o mundo por meio do exercício de uma atividade artística.
 - (C) Cada uma das diferentes áreas de conhecimento, acabam de certa maneira, comunicando-se entre si.
 - (D) Não é raro que se enfrente dificuldades diante da escolha de uma carreira profissional.
 - (E) Costuma-se dar primazia a vantagem financeira, e não ao talento quando se trata de fazer uma escolha profissional.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Um museu decidiu, devido à pandemia, autorizar a entrada de apenas três pessoas por vez. Aguardando a entrada, o trio em que Ana estava era o sétimo trio contando do início da fila e era o quinto trio contando do final da fila. O número de pessoas que estavam na fila do museu era
- (A) 33
 - (B) 30
 - (C) 27
 - (D) 36
 - (E) 39

12. João e Pedro marcaram um encontro às 18h00. João acredita que seu relógio esteja adiantado em 25 minutos, mas de fato está atrasado em 10 minutos. Pedro acredita que seu relógio esteja 10 minutos atrasado, mas de fato está atrasado em 5 minutos. Se ambos planejam chegar ao encontro pontualmente, a diferença entre os tempos de chegada será de
- (A) 50 minutos.
 - (B) 40 minutos.
 - (C) 35 minutos.
 - (D) 55 minutos.
 - (E) 30 minutos.

13. Ana, Bruno e Carlos colecionam moedas antigas de ouro, prata e bronze. Sabe-se que:
- Carlos tem uma moeda de ouro a mais, mas 3 moedas de prata a menos do que Bruno.
 - Com 18 moedas de bronze, Ana é quem tem mais moedas de bronze e também é a que tem menos moedas de ouro, apenas 7.
 - Ana, Bruno e Carlos têm, cada um, pelo menos 6 moedas de cada metal.
 - Bruno tem 27 moedas no total, sendo 2 moedas de bronze a mais do que de ouro.
 - Ao todo, os três possuem 38 moedas de bronze.

O número total de moedas de Carlos é igual a

- (A) 38
 - (B) 27
 - (C) 41
 - (D) 29
 - (E) 25
14. José observou que a média aritmética das idades de seus 6 primos, em anos, era 25, a mediana era 24,5 e a moda era 24 anos. Ao se incluir no grupo, a média passou a ser 26. A idade de José e a nova mediana são, respectivamente,
- (A) 30 e 24
 - (B) 26 e 25
 - (C) 32 e 25
 - (D) 30 e 26
 - (E) 32 e 24,5



15. Considere a tabela a seguir.

Volume de Vendas do Comércio Varejista – SP					
Mês/Ano	Volume	Mês/Ano	Volume	Mês/Ano	Volume
jan/19	94,6	jan/20	96,1	jan/21	96,3
fev/19	86,7	fev/20	91,4	fev/21	89,8
mar/19	89,1	mar/20	94,6	mar/21	94,8
abr/19	91,8	abr/20	77	abr/21	94,5
mai/19	95,4	mai/20	87,1	mai/21	103,8
jun/19	93,2	jun/20	92,7	jun/21	99,8
jul/19	95,1	jul/20	100,5	jul/21	106,3
ago/19	99	ago/20	102,1	ago/21	100,2
set/19	94,3	set/20	99,6	set/21	94,8
out/19	98,9	out/20	106	out/21	99,8
nov/19	107,4	nov/20	110,2	nov/21	106,8
dez/19	128,5	dez/20	129,9	dez/21	127,1

(Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>)

A partir das informações da tabela é correto afirmar que

- (A) o volume de vendas mediano vem crescendo ao longo dos anos.
- (B) o mês de novembro caracteriza-se por ter o maior volume de vendas em cada ano.
- (C) a média aritmética do volume de vendas anual é sempre menor do que a mediana.
- (D) o menor volume de vendas ocorre sempre em janeiro de cada ano.
- (E) o maior volume de vendas ocorreu em dez/21.

Noções de Informática

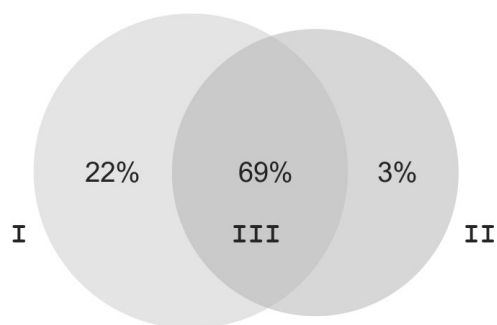
16. Uma pessoa precisa acessar o Gerenciador de Tarefas em um computador com o sistema operacional Windows 10 em português, funcionando em condições ideais. Considere as ações:
- I. posicionar o mouse sobre o botão Iniciar e clicar com o botão direito do mouse > a partir das opções oferecidas pelo menu que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.
 - II. pressionar as teclas de atalho Windows + T que dão acesso direto ao Gerenciador de Tarefas.
 - III. pressionar simultaneamente as teclas Ctrl + Alt + Del > na tela que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.

A pessoa conseguirá acessar o Gerenciador de Tarefas por meio

- (A) das ações I e III, apenas.
 - (B) das ações I e II, apenas.
 - (C) da ação III, apenas.
 - (D) das ações II e III, apenas.
 - (E) das ações I, II e III.
17. O navegador Microsoft Edge
- (A) é o navegador padrão para todos os dispositivos que utilizam o sistema operacional Windows, desde a versão 8 até a versão 10, a mais atual.
 - (B) não oferece suporte a controles ActiveX. Caso uma pessoa esteja executando aplicativos web que usam esses controles, o mais adequado é continuar executando-os no Internet Explorer 11.
 - (C) é sempre atualizado. Para saber a versão do Microsoft Edge, em português, basta clicar no ícone . . . no canto superior direito e clicar na última opção do menu que se abre, denominada Versão Atual do Microsoft Edge.
 - (D) suporta o Adobe Flash como um recurso integrado apenas em máquinas que trabalham com a versão atualizada em 2022, a versão 22H2 do sistema operacional Windows 10.
 - (E) continuará sendo o navegador padrão da versão 11 do sistema operacional Windows, a ser lançada em 2022.



18. O gráfico abaixo apresenta o resultado de 94% de respostas a uma pesquisa realizada entre empresas que utilizam serviços de *cloud computing*.



(Disponível em: <https://jelvix.com/blog>)

Considerando que I, II e III se referem aos seguintes modelos:

- I. o provedor de *cloud computing* permite que os usuários da empresa acessem a infraestrutura por meio de um serviço *online* sem restrições de privacidade. Os usuários não são responsáveis por fornecer servidores, infraestrutura e largura de banda – isso é inteiramente do escopo do provedor. Os usuários pagam apenas pelos recursos usados, podem alterar seus planos de assinatura a qualquer momento e ajustar a escalabilidade.
- II. a empresa adquire vários data centers remotos em todo o mundo, conecta-os a dispositivos e é totalmente responsável pela criptografia de dados e manutenção do servidor. A empresa precisa adquirir espaço de servidor, *hardware*, empregar uma equipe de desenvolvedores e testadores de nuvem experientes e garantir a segurança dos dados, de forma independente do provedor de *cloud*.
- III. a empresa pode se beneficiar da experiência do provedor terceirizado, mantendo o controle sobre dados cruciais. No entanto, o negócio ainda precisa investir em infraestrutura interna, pois a nuvem sob sua responsabilidade, mesmo que seja menos dimensionada, precisa ser suportada com recursos locais.

Com base nos dados do gráfico e nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) 22% das empresas utilizam nuvem privada.
- (B) 3% das empresas utilizam nuvem pública.
- (C) 22% das empresas utilizam serviços SaaS.
- (D) 69% das empresas utilizam nuvem híbrida.
- (E) 94% das empresas utilizam serviços IaaS, PaaS e SaaS.

19. Considere os seguintes mecanismos e instrumentos de segurança da informação:

- I. é um documento que comprova a autenticidade dos dados e da identidade das pessoas físicas ou jurídicas que acessam os sistemas eletrônicos com informações confidenciais, tornando possível cumprir obrigações pelo ambiente digital, garantindo a segurança dessas transações através da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil) e com validação por lei.
- II. são programas de *software* ou dispositivos de *hardware* que filtram e examinam as informações provenientes da conexão com a Internet; representam uma primeira linha de defesa, pois podem impedir que um programa ou invasor mal-intencionado obtenha acesso à rede e às informações antes que qualquer dano potencial seja causado.
- III. mecanismo que busca garantir que, se algum equipamento ou servidor falhar, exista outro que entre em operação imediatamente, garantindo a continuidade das atividades; geralmente utiliza a duplicação de componentes críticos, aumentando a confiabilidade e segurança de um sistema, bem como sua disponibilidade.

Os itens I, II e III correspondem, correta e respectivamente, a

- (A) assinatura digital – *firewalls* – *backup*.
- (B) certificado digitalizado – VPNs – duplicação.
- (C) assinatura eletrônica – roteadores – *clusters*.
- (D) certificado digital – VPNs – *backup*.
- (E) certificado digital – *firewalls* – redundância.

20. Para aumentar muito a segurança e o alcance de uma rede sem fio doméstica, uma pessoa contratou um profissional de TI que recomendou a instalação de um roteador que utilize um protocolo que é considerado o mais seguro, qual seja:

- (A) WPA-PSK, com criptografia TKIP (*Trustworthy Key Integrity Protocol*).
- (B) WEP de 256 *bits*, com criptografia AES (*Advanced Encryption Standard*).
- (C) WPA2-PSK, com criptografia AES (*Advanced Encryption Standard*).
- (D) WPA2-PSK, com ambas as criptografias TKIP (*Trustworthy Key Integrity Protocol*) e AES (*Advanced Encryption Standard*).
- (E) WPA2-PSK, com criptografia TKIP (*Trustworthy Key Integrity Protocol*).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. A Constituição Federal assegura tanto a trabalhadores urbanos e rurais como a trabalhadores domésticos e servidores ocupantes de cargos públicos os direitos a
- (A) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - (B) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
 - (C) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, ou entre os profissionais respectivos, e assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
 - (D) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei, e remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 - (E) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
-
22. Nos termos da Constituição Federal, se verificado que um Estado da federação aplicou, em determinado exercício financeiro, 25% da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino,
- (A) caberá ao Presidente da República, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, decretar intervenção da União no Estado, por ter o Estado deixado de aplicar o percentual mínimo exigido da receita estadual na manutenção e desenvolvimento do ensino, dispensada a apreciação do decreto pelo Congresso Nacional.
 - (B) terá o Estado atendido à determinação constitucional quanto à aplicação do mínimo exigido da receita estadual na manutenção e desenvolvimento do ensino, cujo cálculo compreende a receita proveniente de transferências, não estando sujeito à intervenção federal.
 - (C) caberá ao Supremo Tribunal Federal dar provimento a representação do Procurador-Geral da República, com vistas à decretação de intervenção federal, por ter o Estado deixado de aplicar o percentual mínimo exigido da receita estadual na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (D) não terá o Estado aplicado o mínimo exigido da receita estadual na manutenção e desenvolvimento do ensino, uma vez que o cálculo não pode compreender a receita proveniente de transferências, mas apenas se sujeitará à intervenção federal se configurada atuação dolosa e deliberada do Estado com a finalidade de descumprimento da regra.
 - (E) não estará o Estado sujeito à intervenção federal, ainda que não tenha aplicado o mínimo exigido constitucionalmente na manutenção e desenvolvimento do ensino, por ser essa hipótese de decretação de intervenção dos Estados nos Municípios, mas não da União nos Estados.
-
23. Considere os seguintes atos, de lavra de Tribunal de Contas estadual:
- I. Parecer emitido sobre as contas anuais de Prefeito de Município submetido à sua fiscalização;
 - II. Negativa de registro a atos de admissão de pessoal de autarquia integrante da Administração indireta estadual;
 - III. Determinação de sustação de contrato celebrado por órgão da Administração direta estadual.
- À luz da Constituição Federal, inserem-se nas competências da Corte de Contas estadual os atos referidos em
- (A) I, mediante aprovação pelo voto de dois terços da Câmara Municipal; e II e III, ambos sujeitos à revisão pela Assembleia Legislativa, da qual o Tribunal de Contas é órgão auxiliar.
 - (B) II e III, ambos sujeitos à revisão pela Assembleia Legislativa, da qual o Tribunal de Contas é órgão auxiliar; o ato referido em I é de competência da Câmara Municipal, e não do Tribunal de Contas estadual.
 - (C) I, só deixando de prevalecer o parecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal; e II, não se submetendo à revisão pela Assembleia Legislativa; o ato referido em III deve ser adotado diretamente pelo órgão legislativo, e não pelo Tribunal de Contas.
 - (D) I, só deixando de prevalecer o parecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal; e II, sujeito à revisão pela Assembleia Legislativa; o ato referido em III não pode ser adotado em sede de controle externo.
 - (E) I, mediante aprovação pelo voto de dois terços da Câmara Municipal; e III, sujeito à revisão pela Assembleia Legislativa, da qual o Tribunal de Contas é órgão auxiliar; o ato referido em II não pode ser adotado em sede de controle externo.



24. À luz da disciplina constitucional das normas gerais da Administração Pública e da jurisprudência pertinente do Supremo Tribunal Federal,
- (A) o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, no âmbito dos Poderes estaduais, não poderá ser superior ao subsídio mensal do Governador do Estado, limite, contudo, que não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista, salvo se receberem recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou custeio em geral.
 - (B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvada situação de violação ao princípio da isonomia, reconhecida em decisão do Poder Judiciário.
 - (C) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data, sendo dado à lei vincular o reajuste de servidores municipais e estaduais a índices federais de correção monetária.
 - (D) para a contratação temporária, em caráter excepcional, devem os casos excepcionais estar previstos em lei, o prazo de contratação ser predeterminado, a necessidade ser temporária, o interesse público, excepcional, e a necessidade de contratação, indispensável, sendo vedada para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.
 - (E) as administrações tributárias dos entes federados terão recursos prioritários para a realização de suas atividades, atuando de forma integrada, exceto para o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, o que depende de prévia autorização judicial.
-
25. No âmbito de determinado Estado da federação, aplicam-se, dentre outras, as seguintes regras, em matéria previdenciária, a servidores da Administração direta e indireta:
- I. Idade mínima de aposentadoria dos ocupantes do cargo de professor reduzida em cinco anos em relação às idades fixadas na Constituição do Estado como regra geral para servidores sujeitos ao regime próprio, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
 - II. Submissão de agentes públicos ocupantes de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, ao regime geral de previdência social; e
 - III. Aposentadoria compulsória aplicável aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição e a idade máxima estabelecida para servidores titulares de cargo efetivo.
- É compatível com a disciplina da matéria na Constituição Federal o quanto referido em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.

Direito Administrativo

26. Um jornalista comparece por dias seguidos a uma repartição pública do Serviço Municipal de Obras, para investigar a denúncia sobre a existência de um “funcionário-fantasma”, que teria sido indicado por um político local. Ao indagar sobre a presença do referido servidor, ele é verbalmente informado que ele se encontra em gozo de férias. Desconfiado da informação que lhe é fornecida, ele indaga por escrito ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do órgão sobre o período de gozo de férias do citado servidor, de forma a conferir se o que lhe dizem é verdade. Em resposta, o SIC nega-se a fornecer a informação, sob pretexto de que o jornalista não esclareceu o motivo da consulta.
- Nos termos da legislação aplicável, a resposta do Serviço de Informações ao Cidadão foi
- (A) correta quanto à recusa, mas deveria ser justificada em razão da proteção de dados pessoais do servidor.
 - (B) incorreta, pois a informação não se qualifica como pessoal e não há necessidade de motivação do pedido.
 - (C) correta quanto à recusa, mas deveria ser justificada pela necessidade de prévia obtenção do *habeas data*.
 - (D) incorreta, pois devem ser fornecidas todas as informações em poder do órgão, inclusive as sigilosas, dada a prevalência do direito à informação.
 - (E) correta, pois os pedidos de informação devem sempre vir acompanhados de justificativa em relação ao motivo de acesso, por conta do princípio da motivação.
-
27. Aprovado em concurso e nomeado em dezembro de 2020, João Curió tomou posse do cargo de professor estadual, tendo ministrado aulas, atribuído notas, aprovado e reprovado alunos durante o exercício de suas funções no ano escolar de 2021. Todavia, decisão do Tribunal de Contas do Estado em janeiro de 2022 anulou sua nomeação, pois o concurso fora homologado pelo Secretário da Educação – quando a autoridade competente para o ato seria o Governador do Estado. Em vista da situação, os atos administrativos praticados por João são
- (A) inexistentes, pois ele atuava com usurpação de função.
 - (B) nulos, pois ele atuava com excesso de poder.
 - (C) válidos, pois ele atuava como funcionário de fato.
 - (D) perfeitos, pois a posse superveniente convalidou a nomeação.
 - (E) inválidos, por vício de incapacidade.



28. Para fins de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de adoção de mecanismo voltado especialmente para os contratos de serviços contínuos com regime de mão de obra exclusiva. Tal mecanismo é denominado
- (A) repactuação de preços.
 - (B) reajustamento em sentido estrito.
 - (C) realinhamento contratual.
 - (D) revisão contratual.
 - (E) dissídio contratual.
-
29. Belmiro Penaforte é presidente de uma organização da sociedade civil dedicada à assistência social e celebrou com a municipalidade um termo de colaboração, visando a manutenção de um refeitório popular, para atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Após o término da vigência do ajuste, Belmiro, em conluio com o gestor da parceria, deixou de prestar contas do ajuste.
- Nos termos da lei das parcerias (Lei nº 13.019/2014) e da lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), o referido dirigente
- (A) está sujeito às sanções da lei de improbidade, desde que demonstrado que o fez intencionalmente, para ocultar irregularidades na execução do ajuste.
 - (B) não está sujeito às sanções da lei de improbidade, pois não é qualificado como agente público.
 - (C) não está obrigado a prestar contas, visto que o ajuste em questão não contempla repasses financeiros.
 - (D) embora esteja obrigado a prestar contas, deve fazê-lo diretamente ao Tribunal de Contas do Estado e não à Administração Pública.
 - (E) se sujeita às sanções da lei de improbidade, ainda que ausente a intenção de ocultar irregularidades, dada natureza objetiva da responsabilidade por esse tipo de infração.
-
30. Silvano Sucupira era servidor público do Estado do Amazonas, titular de cargo efetivo, e foi aposentado em razão de invalidez permanente, constatada por exame médico pericial do órgão competente. Todavia, três anos após a aposentadoria, foi nomeado para o exercício de cargo comissionado em câmara municipal, passando a assessorar vereador em seu gabinete. Em vista da situação, a Administração Estadual
- (A) nada fará, pois o exercício de cargo comissionado não caracteriza situação ensejadora de efeitos em relação ao vínculo anterior, de natureza efetiva.
 - (B) determinará a reversão do servidor ao cargo, caso constatada a sua capacidade laboral em processo administrativo.
 - (C) comunicará a câmara municipal para que apure eventual ilícito, visto que o servidor está fora do alcance disciplinar da Administração Estadual.
 - (D) deverá determinar a reintegração imediata do servidor ao cargo, sendo que seu não comparecimento para nova posse em trinta dias acarretará a perda do cargo por abandono.
 - (E) deverá comunicar ao Ministério Público a ocorrência, para fins de anulação judicial da aposentadoria, visto que ocorreu coisa julgada administrativa.
-
31. Acerca da Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, a Lei Orgânica da PGE (Lei nº 1.639, de 30 de dezembro de 1983), estatui que o Corregedor
- (A) tem competência para aplicar sanções disciplinares aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e aos servidores administrativos da Procuradoria Geral, salvo as de demissão, cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.
 - (B) é órgão de Deliberação Superior da PGE.
 - (C) é membro eleito do Conselho de Procuradores.
 - (D) tem o poder de arquivar, por decisão fundamentada, a decisão sobre irregularidade praticada por Procurador do Estado, quando o fato evidentemente não constituir infração disciplinar ou ilícito penal.
 - (E) será nomeado pelo Governador para mandato de dois anos, vedada a recondução, dentre os integrantes de lista tríplice que o Conselho de Procuradores do Estado encaminhar.

Controle Interno e Externo da Administração Pública

32. A relação entre os chamados controle interno e controle externo da Administração Pública é de
- (A) hierarquia, constituindo o controle externo a chefia do controle interno.
 - (B) hierarquia, constituindo o controle interno a chefia do controle externo.
 - (C) continência, sendo o controle interno mais amplo do que o controle externo.
 - (D) colaboração, devendo o controle externo apoiar o controle interno em sua missão.
 - (E) colaboração, devendo o controle interno apoiar o controle externo em sua missão.



33. Um Deputado Estadual, juntamente com seu assessor que com seu celular realizava filmagem compartilhada em tempo real em uma rede social, estava de visita a uma Unidade Básica de Saúde Municipal. Após identificar-se validamente e exibir deliberação da CPI por ele presidida, exige captar imagens da geladeira em que vacinas – adquiridas por meio de convênio com o poder público estadual – estavam acondicionadas. Nessa circunstância, a visitação é
- (A) vedada, pois trata-se de recursos municipais.
 - (B) vedada, pois apenas o Tribunal de Contas pode promover tal fiscalização.
 - (C) permitida, pois a Assembleia Legislativa pode fiscalizar atos do Poder Executivo, e a Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios de autoridade judicial.
 - (D) permitida, pois a Assembleia Legislativa pode fiscalizar atos do Poder Executivo, embora a Comissão Parlamentar de Inquérito não disponha de poderes de investigação próprios de autoridade judicial.
 - (E) permitida, pois a Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios de autoridade judicial, embora a Assembleia Legislativa não possa por si só fiscalizar atos do Poder Executivo.

34. A ação de improbidade administrativa

- (A) é uma ação cautelar.
- (B) é uma ação incidental.
- (C) não é uma ação repressiva.
- (D) é uma ação trabalhista.
- (E) não é uma ação civil.

35. A alegação de que um determinado ato do poder público é lesivo ao erário pode ser levada à apreciação do

- (A) Tribunal de Contas, mas não do Ministério Público nem do Judiciário diretamente.
- (B) Tribunal de Contas ou do Ministério Público, mas não do Judiciário diretamente.
- (C) Ministério Público, mas não do Tribunal de Contas nem do Judiciário diretamente.
- (D) Tribunal de Contas, Ministério Público ou do Judiciário, diretamente.
- (E) Judiciário, mas não do Tribunal de Contas nem do Ministério Público diretamente.

36. Embora o chamado limite prudencial do comprometimento da receita com despesas de pessoal corresponda a 95% do patamar máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, o Tribunal de Contas

- (A) tem o dever de alertar os Poderes ou órgãos se for atingido 80% do patamar máximo.
- (B) tem o dever de alertar os Poderes ou órgãos se for atingido 90% do patamar máximo.
- (C) não fará alerta até que o patamar máximo seja atingido.
- (D) não fará alerta até que o limite prudencial seja atingido.
- (E) não fará dele qualquer alerta.

37. A ADI 2324 apreciou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, entre eles o artigo 56, segundo o qual *As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.*

A correta interpretação do tema, tendo em vista a decisão no Supremo Tribunal Federal, é de que o

- (A) Tribunal de Contas julga as contas do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.
- (B) Tribunal de Contas emite parecer prévio das contas do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, que é julgada pelos próprios Vereadores.
- (C) Tribunal de Contas não tem competência sobre as contas da mesa da Câmara de Vereadores.
- (D) dispositivo é aplicável apenas às Contas do Governador do Estado e do Presidente da República.
- (E) dispositivo é aplicável apenas às Contas do Presidente da República.

38. No âmbito do controle interno, a verificação de legalidade dos atos de execução orçamentária será

- (A) prévia ou concomitante, mas nunca subsequente.
- (B) prévia ou subsequente, mas nunca concomitante.
- (C) prévia, concomitante ou subsequente.
- (D) concomitante ou subsequente, mas nunca prévia.
- (E) apenas subsequente, nunca concomitante ou prévia.

**Administração Financeira e Orçamentária**

39. O chamado "orçamento de desempenho" é caracterizado por
- (A) todos os programas serem justificados a cada novo ciclo orçamentário.
 - (B) ser elaborado a partir de ajustes marginais nas rubricas de receita e despesa.
 - (C) partir de um quantitativo financeiro fixo, obtido mediante aplicação de percentual linear.
 - (D) ser mais rapidamente elaborado que nas demais técnicas.
 - (E) se orientar mais pelo resultado do gasto do que pela natureza do que é autorizado.
-
40. A vigência do plano plurianual
- (A) é de exatamente dois anos.
 - (B) é variável, de acordo com os seus próprios termos.
 - (C) foi definida em Lei Complementar.
 - (D) se dá a partir do terceiro ano do mandato em que é proposto e perdura até o segundo ano do mandato subsequente.
 - (E) se dá a partir do segundo ano do mandato em que é proposto e perdura até o primeiro ano do mandato subsequente.
-
41. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, dívida pública fundada também é intitulada
- (A) mobiliária e se destina à amortização em prazo superior a doze meses.
 - (B) consolidada e se destina à amortização em prazo superior a doze meses.
 - (C) flutuante e se destina à amortização em prazo inferior a doze meses.
 - (D) consolidada e se destina à amortização em prazo inferior a doze meses.
 - (E) mobiliária e se destina à amortização em prazo inferior a doze meses.
-
42. O limite global para a despesa total com pessoal, como percentual da receita corrente líquida, no âmbito estadual, é
- (A) de 40%.
 - (B) de 50%.
 - (C) de 60%.
 - (D) de 100%.
 - (E) inexistente.
-
43. A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 determina expressamente a divulgação mensal da relação dos entes que
- (A) ultrapassaram os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
 - (B) ultrapassaram o limite de despesa total com pessoal.
 - (C) não tenham alcançado a meta fiscal.
 - (D) praticaram renúncia de receitas tributárias.
 - (E) praticaram renúncia de receitas não tributárias.
-
44. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, o Governador do Estado precisa observar os limites e condições impostas pelo Senado Federal
- (A) nas operações de crédito.
 - (B) na arrecadação de receitas originárias, uma vez que a Assembleia Legislativa assume, em âmbito estadual, os papéis atribuídos ao Senado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (C) nas concessões de garantia.
 - (D) na inscrição em restos a pagar.
 - (E) na permuta de título da dívida pública.
-
45. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária foi introduzido pela
- (A) Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 e deve ser acompanhado pelo anexo de riscos fiscais.
 - (B) Lei nº 4.320/1964 e deve ser acompanhado de demonstrativo de resultados nominal e primário.
 - (C) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e deve ser acompanhado pelo anexo de riscos fiscais.
 - (D) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e deve ser acompanhado de demonstrativo de resultados nominal e primário.
 - (E) Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 e deve ser acompanhado por indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar.

**Ciências Econômicas**

46. Sobre as causas da elevação recente da taxa de inflação brasileira em 2021, considere as seguintes hipóteses:
- I. Apreciação cambial do Real com relação ao Dólar.
 - II. Elevação do preço das *commodities* no mercado internacional.
 - III. Queda acelerada da taxa de subocupação no Brasil.
 - IV. Crise energética doméstica.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e IV, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
-
47. Sobre os determinantes do crescimento econômico e a experiência recente da economia brasileira:
- (A) Com base no modelo convencional de crescimento, as altas taxas de poupança registradas no Brasil estão relacionadas com o seu intenso crescimento econômico.
 - (B) A taxa de investimento nas últimas duas décadas tem sido insuficiente para sustentar um crescimento econômico persistente, produzindo ciclos breves de expansão e desaceleração.
 - (C) A doença holandesa é uma das hipóteses que explicam a observada elevação da participação do setor industrial na economia brasileira nas últimas décadas.
 - (D) Segundo o novo desenvolvimentismo, a dependência da economia brasileira com relação à poupança pública explica a tendência de longo prazo à desvalorização cambial.
 - (E) Durante a pandemia da Covid-19, ao contrário do restante do mundo, o Banco Central do Brasil manteve a taxa de juros básica da economia em patamar elevado, a despeito da recessão causada pela paralisação da economia.
-
48. A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda (1936), escrita por John Maynard Keynes, redefiniu o debate sobre os determinantes do emprego, da renda e da produção agregados nos anos 1930. Sobre Keynes e sua contribuição teórica, é correto afirmar:
- (A) Na Conferência de Bretton Woods, em 1944, Keynes defendeu um regime de taxas de câmbio flutuantes centrado no dólar norte-americano.
 - (B) O nível de emprego agregado resulta da decisão dos empresários a respeito do consumo presente e do investimento futuro.
 - (C) A inflação é, em qualquer situação, resultado de excesso de demanda sobre a oferta disponível.
 - (D) Mesmo em situações de ociosidade na economia, gastos públicos provocam a expulsão do setor privado (*crowding out*), agravando a ineficiência alocativa da economia.
 - (E) A taxa de juros é uma variável estritamente monetária que reflete o grau de incerteza percebida pelos agentes perante o futuro.
-
49. A globalização comercial e financeira afeta profundamente as relações econômicas entre as nações. A esse respeito, é correto afirmar:
- (A) Segundo a visão clássica de livre comércio, as recorrentes crises de balanços de pagamentos decorrem da deterioração dos termos de troca dos países menos desenvolvidos.
 - (B) De acordo com o pensamento cepalino, o bem-estar de todos os países envolvidos no livre comércio internacional é aprimorado pelos ganhos advindos da especialização produtiva nas atividades com menores custos relativos.
 - (C) Segundo Celso Furtado, a globalização econômica deslocou, para as grandes corporações multinacionais, os principais centros de decisão do capitalismo sobre produção, inovação tecnológica e comércio internacional, a partir do último quarto do século XX.
 - (D) A CEPAL defendeu, nos anos 1950, um modelo de industrialização espontânea voltado para a diversificação das exportações, como forma de superação do subdesenvolvimento.
 - (E) A Política da Indústria e do Comércio Exterior (PICE) do Governo Collor foi a última iniciativa protecionista com indução estatal da competitividade da indústria nacional antes da aplicação do Consenso de Washington no Brasil.
-
50. Sobre o papel de “emprestador de última instância” nos planos nacional e internacional de funcionamento dos sistemas financeiros, é correto afirmar:
- (A) O Banco Central do Brasil é o executor da política monetária e, como tal, regula o volume de meios de pagamentos na economia, sendo os instrumentos tradicionais os *swaps* cambiais e as operações de mercado aberto.
 - (B) O Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenha o papel de emprestador internacional de última instância, proporcionando liquidez contínua aos países para amenizar a volatilidade das moedas nacionais.
 - (C) O Federal Reserve System (FED) dos Estados Unidos da América atua como emprestador de última instância de uma moeda de reserva internacional, o dólar norte-americano. Desde a crise de 2008, o FED vem perseguindo uma política de valorização do dólar, reduzindo seu balanço e enxugando a liquidez no sistema financeiro internacional.
 - (D) O Banco Central do Brasil (BCB) provê ao sistema financeiro nacional um “colchão de liquidez”, reduzindo tanto o montante dos recolhimentos compulsórios quanto a taxa de redesconto em momentos de elevado risco sistêmico, como ocorreu nos primeiros meses da pandemia de Covid-19 em 2020.
 - (E) O Plano Trienal em 1963, durante o governo João Goulart, aprovou legalmente a substituição da SUMOC pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil na gestão, normatização e regulação do sistema financeiro nacional.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: [...] 9.2 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo II [...], adequados às atribuições do Cargo/Especialidade para o qual o candidato se inscreveu. 9.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo/especialidade, bem como o uso da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do assunto abordado, avaliando inclusive a correção gramatical, em conformidade com a norma culta. [...] 9.7 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido **nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) pontos**. 9.8 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados nas provas. [...] 9.9.1 Serão consideradas como não-escritas as provas ou trechos de provas que forem ilegíveis. 9.10 **Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos:** 9.10.1 fugir ao tema proposto; 9.10.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 9.10.3 for assinada fora do local apropriado; 9.10.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 9.10.5 estiver em branco; 9.10.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 9.10.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. [...] 9.12 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, **deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas para a questão**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Estudo de Caso. 9.13 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1

Foram recebidos autos ao setor de controle interno para elaboração de parecer a respeito de licitação promovida no âmbito da Administração Pública direta antes do último ato da autoridade competente.

Da instrução, percebe-se que:

1. O procedimento pretende fornecimento de 50 veículos automotores novos, zero km, motorização 1.0 de acordo com demais especificações constantes do anexo I.
2. Não há padronização dos veículos do órgão, que conta com uma frota multimarcas.
3. O Estudo Técnico Preliminar, que consta dos autos, dá conta de que no segmento há ao menos 5 produtos aptos à satisfação dos requisitos da administração no mercado, inclusive aqueles de marca e modelo P1, P2 e P3.
4. Consta pesquisa de mercado em que foi formalmente consultada grande quantidade de possíveis fornecedoras, tendo 6 concessionárias enviado propostas em papel timbrado endereçadas ao órgão, todas recentes (menos de 60 dias): 3 delas tendo cotado o veículo P1 aos preços unitários de R\$ 50.000,00, R\$ 51.000,00 e R\$ 50.750,00, duas tendo cotado o veículo P2 aos preços unitários de R\$ 61.000,00 e R\$ 59.990,00, e uma tendo cotado o veículo P3 ao preço unitário de R\$ 62.000,00. O preço unitário de mercado foi, então, estimado pela média em R\$ 55.790,00.
5. Sobreveio parecer da assessoria jurídica que sugeriu a mudança da modalidade de concorrência para pregão eletrônico e sugeriu a adoção do sistema de registro de preços ao invés de um contrato de fornecimento, uma vez que o objeto não empregaria prestação de serviços ou garantias adicionais à compra direta ao consumidor, e havia alguma incerteza sobre o quantitativo exato que seria necessário.
6. Após o edital ter sido alterado e aprovado, sucedeu a fase externa em que, após lances das três interessadas, houve negociação com a proponente temporariamente classificada em primeiro lugar que foi declarada vencedora: a pessoa jurídica F1 EPP com a proposta de R\$ 55.780,00 por unidade do veículo de marca e modelo P1.
7. Mesmo sem manifestações de intenção de recurso nem havendo qualquer inabilitação, o pregoeiro não realizou a adjudicação do objeto.

O chefe da seção de controle interno transmitiu as seguintes preocupações do gestor acerca do procedimento:

- a. Não há notícia de bloqueio de recursos orçamentários, seja pré-empenho, seja declaração de dotação pelo ordenador de despesas.
- b. Parece mais apropriada a modalidade concorrência ao invés do pregão.
- c. Da mesma forma, parece mais apropriado o contrato de fornecimento ao invés do sistema de Registro de Preços.
- d. Por fim, em tendo feito consulta a concessionárias locais, obteve a informação de que o preço de varejo geralmente praticado para o veículo P1 nas especificações do edital é de 49.950,00, havendo notícias de que preços ainda menores seriam obtidos por "frotistas". De fato, uma fonte pública geralmente aceita sugere que o preço de mercado para P1 seria ao menos 10% menor do que o preço unitário da proposta vencedora.

Opinando conclusivamente, elabore um texto em que as 4 (quatro) preocupações acima sejam abordadas e respondidas de forma fundamentada. Não é necessário criar forma específica, nem colocar cabeçalho, endereçamento ou relato.

01	
02	
03	
04	
05	



06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO